

● ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO: UM ESTUDO DE CASO DA ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NA ZONA DA MATA MINEIRA

Manoel Tadeu Teixeira
José Ambrósio Ferreira Neto

1. INTRODUÇÃO

O referido estudo tem como tema central analisar o processo de espacialização da luta pela terra conduzido pelos diversos movimentos sociais e sua influência no aumento do número de assentamentos rurais em Minas Gerais.

A espacialização da luta pela terra deve ser buscada nas ações realizadas pelos movimentos sociais, tais como: os acampamentos, caminhadas, as ocupações, as (re) ocupações de terras improdutivas, os acampamentos ao lado das áreas reivindicadas e das rodovias, passeatas, manifestações, etc.(FERNANDES:1996).

Nesse sentido o presente estudo analisou a dinâmica da luta pela terra na Zona da Mata Mineira procurando compreender sua formação e principalmente como se mantém um grupo de pessoas num projeto de assentamento rural.

A pesquisa teve como objetivos verificar o estabelecimento das interações entre as famílias envolvidas em ocupações de terras e os mediadores, como se dá a percepção desta luta por parte dos trabalhadores, além dos problemas e perspectivas de futuro após a obtenção do lote de terra.

No propósito de atingir esses objetivos, fez-se um resgate do contexto histórico de como o processo de ocupação e exploração econômica do espaço agrário brasileiro conduzido pela Coroa Portuguesa contribuiu de forma decisiva para a consolidação de uma estrutura agrária concentradora e a exclusão do acesso democrático à posse de terra a uma grande parte da população fazendo um resgate esclarecedor para o entendimento da formação dos grupos e movimentos de trabalhadores que lutaram e lutam pelo acesso democrático à posse da terra.

Logo a seguir identificou-se a espacialização da luta pela terra efetuada pelos diversos movimentos sociais e a análise do processo de espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira tendo como referência a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que a partir do ano de 1988 inicia no Estado de Minas Gerais a dinâmica da ocupação de terras como uma forma legítima de reivindicá-la. E por meio de sua atuação a partir de 2005 mobilizou famílias e efetuou a ocupação da fazenda Santa Helena, no município de Visconde do Rio Branco culminando com a criação do primeiro projeto de assentamento rural da região, neste mesmo ano, denominado Olga Benário, utilizado como objeto desta pesquisa.

Algumas questões se constituíram como o ponto de partida para as investigações, especialmente as expectativas que as famílias trazem ao aderir à luta pela terra e as avaliações que fazem da atuação e organização do Movimento durante e após a ocupação da terra até a constituição do assentamento possibilitando verificar a proximidade ou a distância entre os reais objetivos dos mediadores e das famílias envolvidas. Contesta-se a existência de um desencontro entre os objetivos dos dirigentes, das lideranças e do próprio Movimento e os desejos e objetivos das famílias envolvidas nessas ações e, por meio deste estudo procurou-se evidenciar por um lado se a luta pela democratização do acesso à terra também é caracterizada como um espaço de exercício da democracia ou se torna fonte de conflitos e autoritarismo e por outro lado se a chegada à terra trouxe melhorias nas condições de vida destas famílias, sendo que o universo empírico da pesquisa limitou-se ao assentamento Olga Benário.

2. METODOLOGIA

Na pesquisa utilizou-se de uma abordagem descritiva e explicativa revisão da literatura sobre o tema, com consulta bibliográfica em livros, artigos, dissertações, teses, revistas publicações de órgãos governamentais que possibilitaram embasar teoricamente o trabalho.

A pesquisa de campo foi realizada no assentamento Olga Benário e foram utilizados aplicação de questionários e entrevistas. Para que a pesqui-

sa fosse efetuada foram feitas solicitações ao Superintendente do INCRA SR (06) e ao Presidente da Associação Regional de Cooperação Agrícola da Zona da mata – ARCA. Com a posse dessas autorizações iniciou-se a aplicação dos questionários a todas as 27 famílias que se encontravam no assentamento no momento da realização da pesquisa. Vale ressaltar que 20 famílias são oriundas de acampamentos do MST e 07 famílias de ex-agregados da fazenda Santa Helena. O questionário continha 70 questões e foram avaliados os aspectos como: origem e histórico das famílias, organização social, espacial e econômica do assentamento, as condições de moradia, saúde e lazer, a capacidade de sobrevivência através das alternativas de produção de bens e geração de renda e finalmente as perspectivas para o futuro. Para aplicação dos questionários e entrevistas foram levadas em consideração as exigências do Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa.

No decorrer da aplicação dos questionários foram identificadas 03 pessoas assentadas no Olga Benário que haviam participado da ocupação da Fazenda da Fumaça em Santana de Cataguases o que veio a influenciar a escolha destas pessoas para a realização de entrevistas. Também foram entrevistados o Dirigente Estadual, o Presidente da Associação Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata-ARCA e 06 famílias que vieram para a ocupação simbólica da fazenda Santa Helena em Visconde do Rio Branco como forma de aprofundamento e melhor compreensão do processo de organização e espacialização do MST na Zona da Mata Mineira.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1. A espacialização da luta de terra na Zona da Mata Mineira

A espacialização da luta pela terra em todo o Brasil tem se dado principalmente por meio das ocupações de terras improdutivas e da constituição dos acampamentos que são formas de pressionar o Governo que, como resposta a essas ações, atua na criação de assentamentos rurais (MEDEIROS:2009). Neste contexto, os desdobramentos da luta pela terra na Zona

da Mata Mineira a partir da criação do assentamento Olga Benário, no município de Visconde do Rio Branco, se deu por meio de novas ações de ocupações de terras organizadas pelo MST em outros dois municípios da mesorregião: Santana de Cataguases e Goianá.

No entanto nem toda ocupação se transforma em um Projeto de Assentamento, em Santana de Cataguases após mais de três anos da ocupação da fazenda da Fumaça (de maio de 2006 a novembro de 2010) houve a concessão de liminar favorável ao proprietário do imóvel e consequentemente a maioria das famílias decepcionadas e desalojadas optaram por abandonar a luta pela terra.

Em Goianá-MG também houve a reintegração de posse após 8 meses da ocupação da Fazenda Fortaleza de Sant' Anna (março a dezembro de 2010) Porém, após desocupação da fazenda as famílias acamparam à beira da Rodovia Estadual MG 353 Coronel Pacheco- Rio Novo, nas proximidades da fazenda onde permanecem há mais de um ano com um ainda futuro incerto

3.2. Assentamento Olga Benário

Na tabulação dos dados as questões semelhantes foram agrupadas em blocos com os seguintes tópicos: trajetória de vida e luta pela terra, organização socioespacial e econômica do assentamento, moradia, saúde e lazer, produção e renda e perspectiva de futuro.

Trajetoária de vida

Aqui se procurou identificar a origem, o histórico dos trabalhadores, a composição familiar, a faixa etária e a escolaridade dos pesquisados.

A pesquisa evidenciou que os protagonistas da luta pela democratização do acesso à terra e por reforma agrária na Zona da Mata Mineira, apesar de serem trabalhadores urbanos têm suas raízes no meio rural, 26 dos 27 entrevistados são filhos de trabalhadores rurais que trabalhavam como meeiro, (33,33%), arrendatário, (29,62%), pequeno Proprietário, (14,81%), posseiro, (7,40%), agregado, (7,40%), trabalhador Rural c/ car-

teira assinada, (7,40%) trabalhador Rural s/ Carteira assinada, (7,40%) e outros (3,70%).

Em busca de emprego e melhores condições de vida estes trabalhadores migraram por nove estados brasileiros: Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas e Ceará, deslocando-se por 48 municípios. Na busca incessante pela sobrevivência, 45% dos vinte e sete entrevistados residiram em mais de cinco municípios, 7% em quatro, 15% em três, 11% em dois e 22% permaneceram em um único município. No entanto, a migração para as cidades não foi uma opção e sim uma questão de sobrevivência (MARTINS:2009; FERREIRA:2011).

O sonho de conquistar um pedaço de terra para cultivar foi o que motivou 79% dos 27 entrevistados a ingressar na luta pela terra, 7% afirmaram ser influência de amigos, 3% influência de parentes, 4% desemprego e 7% outros. Portanto, nota-se que não há interesse político ideológico de transformação social e sim de melhorias de condições de vida (MARTINS:2009; NAVARRO:1997:2008).

O assentamento Olga Benário tem a seguinte composição, 80% dos assentados nasceram no Estado de Minas Gerais, 12,63% na da Bahia, 2,10% no Espírito Santo, 2,10% no Ceará, 2,10% em São Paulo e finalizando 1,05% são dos Estados do Paraná e Alagoas. No entanto 30,52% desta população nasceu na Zona da Mata Mineira. As famílias têm uma composição muito variada, desde numerosas até as de um único membro, mantendo-se uma média 3,5 pessoas por família. No geral a população do assentamento é composta por 37 mulheres e 58 homens. Em relação à faixa etária da população do assentamento pode-se notar que, mais de 50% estão acima dos 25 anos e se considerar a força de trabalho a partir dos 18 anos, ela representa 55,78%.

Em se tratando de educação, os dados de campo demonstram um baixo nível de escolaridade, 11,58% dos entrevistados são analfabetos, 45,27% possuem menos de 04 anos de estudo, portanto, abaixo da média do rural brasileiro que de acordo com o Programa Nacional de Avaliação domiciliar (PNAD), em 2009 era de 4,8 anos. Além disso, somente 7,35% completaram o ensino médio e, 1,05% o ensino superior.

Organização Socioespacial do Assentamento Olga Benário

As famílias do assentamento Olga Benário estão organizadas em três núcleos, Lênin (09 famílias), Santa Helena (12 famílias) atualmente com 10 famílias e União (09 famílias). Na divisão dos lotes 15 famílias do assentamento Olga Benário optaram por lotes individuais e as outras 15 famílias por uma parte coletiva e outra individual. Portanto, todas as famílias que compõem o assentamento têm pelo menos uma parte de seu lote individualizado e direcionado para o trabalho familiar (INCRA:2008). Essa opção pelo trabalho individual familiar se torna uma contradição, pois o Movimento prima por em prática uma estrutura de produção coletiva nos assentamentos levando a uma situação de conflitos entre os objetivos e ideais dos mediadores e das famílias envolvidas. E a não observância de regras e normas poderá levar até a exclusão do assentamento (ZIMMERMANN: 1994: NAVARRO: 2008).

Produção e Renda

A atividade econômica que predomina no assentamento é a pecuária leiteira, de boa adaptação na região, sendo que o leite é a principal atividade econômica de 18 famílias (66.66%) assentadas. As famílias apontam inúmeras dificuldades para o desempenho e a viabilidade econômica de suas atividades agrícolas, principalmente, a ausência de assistência técnica e de créditos, pois até o momento da pesquisa, as famílias ainda não haviam conseguido acessar os Créditos Fomento e o Fomento adicional (R\$3.200,00 + adicional R\$ 3.200,00).

O rendimento anual per capita das 22 famílias que responderam o questionário é de R\$ 4.040,00, o que equivale a R\$336,74 mensais. Este valor representa uma renda extremamente frágil, um pouco acima da linha da pobreza estipulada em meio salário mínimo para o rural brasileiro (BUANAIN et al :2011).

Percebe-se que a renda proveniente de programas sociais e assistenciais tem uma importância fundamental na complementação da renda de algumas famílias, 22,3% delas recebem aposentadoria ou pensão (marido ou mulher) e 33,4% são beneficiados, pelo programa Bolsa Família. Há casos em que toda a renda familiar é oriunda destes benefícios, não há

geração de renda no lote, a produção agrícola é destinada apenas para a autoconsumo, o que de certa forma não deixa de ser uma garantia de segurança alimentar para estas famílias. Outras 15 famílias obtêm a complementação da renda familiar em atividades não agrícolas exercidas fora do assentamento, beneficiando-se da proximidade do assentamento com o município de Visconde do Rio Branco.

Moradia, Saúde e Lazer

Após sete anos da criação do assentamento, o INCRA ainda não havia disponibilizado para as famílias o crédito habitação. A maioria das famílias reside em casas provisórias construídas com recursos dos próprios assentados, outras famílias moram nas antigas construções da fazenda que necessitam de reformas urgentes. Um fator positivo é que todas as residências usufruem de energia elétrica, porém a água utilizada provém de mina ou cisterna e na maioria das casas (81,41%) ela não é tratada.

Em relação à saúde, o assentamento não é atendido pelo Programa Saúde da Família (PSF). Para procedimentos médicos de consultas, exames, as famílias se deslocam para o Posto de Saúde ou Hospital em Visconde do Rio Branco. No entanto, 76% dos entrevistados avaliaram como péssimo/ruim a prestação destes serviços.

Em se tratando de lazer, segundo os entrevistados, alguns frequentam o campo de futebol, outros gostam de nadar ou pescar nas duas represas existentes no assentamento. No entanto, o lazer não faz parte da agenda da maioria das famílias entrevistadas (59,25%). Como ponto de encontro no assentamento, as famílias foram unânimes em apontar a casa sede.

Perspectivas de Futuro

Passados sete anos da criação do assentamento, quando questionados se a luta pela terra valeu a pena, as famílias do Olga Benário foram unânimes em afirmar que o acesso ao lote no assentamento valeu todo o esforço empreendido, mesmo em meio a todas as dificuldades.

No entanto, ao questionar sobre as perspectivas de futuro percebe-se que as famílias do assentamento, no geral, convivem com uma realidade

de grandes desafios para permanecerem na terra, contudo não perdem a esperança e fazem planos deixando evidenciar a importância da terra adquirida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da pesquisa de campo permitiu ampliar e aprofundar a visão e reflexão sobre a dinâmica do processo de luta pela terra e reforma agrária que é antigo em outras regiões do Brasil, mas que estava chegando à mesorregião da Zona da Mata Mineira. A pesquisa de campo possibilitou perceber que por um lado nem sempre uma ocupação de terra significa a criação de um assentamento e que o Movimento atua também no sentido de consolidar uma visão de mundo marcada por posições políticas e ideológicas, muitas vezes diferentes daquelas que orientam a vida dos trabalhadores envolvidos.

E por outro lado a situação em que se encontra o assentamento evidencia que, apesar do início da organização da luta pela reforma agrária na Zona da Mata Mineira, esse processo vem sendo marcado pelo descaso e inoperância do Estado para com esta política pública e com as famílias dependentes dela, e pela inexistência de projetos alternativos e dinamizadores dessa realidade por parte do Movimento, da associação e das lideranças e dirigentes.

As famílias precisam valorizar as formas organizativas existentes no assentamento cobrando das lideranças e dos dirigentes práticas democráticas mediante as quais estarão em posição de igualdade, além de revelarem as possibilidades de novas relações entre eles mesmos, de conhecerem os seus próprios limites e possibilidades de viverem essas novas relações. Somente assim vão se libertar das relações de paternalismo, clientelismo, de obediência e de autoritarismo (ROY E INCAO:1995).

Além disso, é preciso que o Governo assuma a sua responsabilidade e conduza esta relevante política pública nos moldes democráticos procurando buscar o desenvolvimento dos projetos de assentamentos dentro de uma realidade onde as famílias com suas singularidades possam conviver em harmonia e realizar seus diferentes objetivos, melhorando as suas con-

dições de vida. A partir daí as famílias poderão exercer sua cidadania, colher bons frutos e contribuir para o desenvolvimento rural local e regional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUANAIN, A. M., Caracterização, mapeamento, especificidades e evolução da pobreza no Brasil. in Tibúrcio, B. et al (org). *Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas*. Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial. Brasília: IICA, 2011. Disponível em formato eletrônico (PDF) no Website institucional <http://www.iica.int>. Acesso: 03/02/2012.
- D'INCAO, M. C. & Roy, G., *Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Paz e Terra. São Paulo, 1995.
- FERNANDES, B M. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Univ. de São Paulo. São Paulo, 1996.
- FERREIRA B., A questão Agrária, a Agricultura Familiar e a pobreza no Brasil Rural. in Tibúrcio, B. et al (org). *Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas*. Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial. Brasília: Instituto Interamericano Cooperação Agrícola (IICA), 2011. Disponível em formato eletrônico (PDF) no Website institucional <http://www.iica.int>. Acesso: 03/02/2012.
- INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário*. B. Horizonte, 2008.
- MARTINS, Jose de Souza. *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*, Org. Martins, José de Souza. 2ª edição. Porto Alegre. UFRGS, 2009.
- MEDEIROS, L.S *A luta pela terra no Brasil, março de 2009*. Disponível em: <http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/CGEEVF>. Acesso em: 12 out. de 2011.

NAVARRO, Z. *Sete Teses Equivocadas Sobre as Lutas Sociais no Campo: o MST e a Reforma Agrária*. Perspectiva, São Paulo, p. 86-93, junho 1997.

_____, *Nunca cruzaremos este rio*. A estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a “sociologia militante”, e o caso da reforma agrária no Brasil, 2008.

ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios de organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L.S. de et al (orgs). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

Agência Financiadora da Pesquisa: Convênio Capes/Minter.

Banca: José Ambrósio Ferreira Neto, Marcelo Leles Romarco de Oliveira, Manoel Pereira de Andrade.